

**A. I. N°** - 1104270024/08-0  
**AUTUADO** - RENDE + DROGARIA E PERFUMARIA LTDA.  
**AUTUANTE** - NÉLIO MANOEL DOS SANTOS  
**ORIGEM** - INFAZ ITABUNA  
**INTERNET** - 01.04.2009

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0047-02/09

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO QUANDO INTIMADO. MULTA. O autuado está obrigado, nos termos dos incisos VII e VIII do artigo 34 da Lei n° 7.014/96, a manter os documentos fiscais no estabelecimento, à disposição do Fisco, durante 5 anos, se outro prazo não for previsto na legislação tributária, bem como também está obrigado a exibí-los ou a entregá-los ao Fisco, quando regularmente intimado. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O presente Auto de Infração foi lavrado em 30/05/2008, para aplicação da penalidade no valor de R\$1.380,00, em razão do descumprimento da obrigação acessória de exibição dos livros e documentos fiscais por contribuinte ao Fisco, quando intimado. Consta na descrição dos fatos: “Apesar de devidamente intimado por três vezes consecutivas – 15/02/2008, 06/03/2008 e 13/03/2008, não atendeu a qualquer das intimações, conforme comprovantes constantes do Processo n° 042182/2008-0, acostados ao presente auto de infração.”

O sujeito passivo através de seu representante legal, em sua defesa às fls. 13 a 14, destaca que estão presentes os requisitos formais para a constituição do presente lançamento, porém, alega que após o prazo da primeira intimação, informou ao preposto fiscal que se encontrava impossibilitado de entregar parte dos documentos solicitados, mais precisamente o livro Caixa, em razão de “pane” ocorrida no seu HD.

Alega que disponibilizou os documentos solicitados no dia 28/03/2008, porém o autuante informou que não poderia recebê-los, sob pena de comprometer os prazos a que estava obrigado a emitir os relatórios.

Argui que o não atendimento às intimações decorreu de impossibilidade de força maior, e sem intenção de obstruir os trabalhos fiscais, e que dada sua condição de microempresa, requer a anulação do Auto de Infração ou a redução da multa.

Na informação fiscal à fl. 19, o autuante esclarece que apesar de a legislação do ICMS nada versar acerca de flexibilização de prazo para entrega pelo contribuinte, de livros e documentos à fiscalização, quando intimado, observa que ocorreu um espaço de 38 dias entre a primeira intimação e a formalização do processo de falta de entrega dos livros e documentos do estabelecimento – 14/02/2008 a 25/03/2008 – tempo suficiente que entende para que fosse providenciado o conserto do computador, conforme alegou o autuado que se encontrava quebrado.

Observa que houve descaso por parte do autuado com o Fisco, deixando de atender às intimações que foram expedidas, prejudicando os trabalhos fiscais que deveriam ser desenvolvidos no seu estabelecimento.

Conclui pela manutenção integral do Auto de Infração.

### VOTO

Inicialmente, conforme bem observou o próprio autuado, se encontram no presente processo

administrativo fiscal os seus pressupostos de validade do lançamento, tendo sido garantida a ampla defesa e contraditório, direito que foi exercido tempestivamente.

Por outro lado, observo que o procedimento fiscal foi corretamente iniciado, nos termos do inciso II do artigo 127 do Código Tributário do Estado da Bahia - COTEB com a expedição de 03 (três) intimações, por escrito, ao contribuinte, para exhibir os livros e documentos fiscais solicitados pela Fiscalização.

A acusação fiscal é de que o autuado deixou de atender às intimações expedidas 15/02/2008, 06/03/2008 e 13/03/2008 (fls.06 a 08), sendo aplicada a multa por descumprimento de obrigação acessória prevista no artigo 42, inciso XX, da Lei nº 7.014/96. Na descrição dos fatos consta que o contribuinte deixou de apresentar os livros e documentos fiscais solicitados para realização de Programação de Monitoramento, conforme Processo nº 042182/2008-0 (fl. 05).

Independente da condição do autuado de microempresa, nos termos dos incisos VII e VIII do artigo 34 da Lei nº 7.014/96, o contribuinte está obrigado a manter os documentos fiscais no estabelecimento, à disposição do Fisco, durante 5 anos, se outro prazo não for previsto na legislação tributária, bem como também está obrigado a exhibi-los, ou a entregá-los ao Fisco, quando regularmente intimado.

Além do mais, o artigo 934, caput e § 1º, do RICMS/BA, prevê que a fiscalização deverá ser exercida sobre todas as pessoas físicas ou jurídicas que, de acordo com a legislação, sejam consideradas sujeitos passivos da obrigação tributária, as quais não poderão deixar de exhibir à fiscalização os papéis e os documentos de sua escrituração.

Observo que na descrição da acusação fiscal não diz claramente quais foram os livros e documentos fiscais que não foram apresentados. Contudo, o constante no Termo de Ocorrência à fl. 10, objeto do Processo nº 042182/2008, o descumprimento da obrigação acessória consiste na falta de apresentação dos livros discriminados nas intimações às fls. 06 a 08.

A alegação defensiva de que deixou de entregar apenas o livro CAIXA por pane no HD de seu computador, não descaracteriza a infração, uma vez que, ainda que seja aceita essa alegação, restaria a falta de apresentação do citado livro que poderia muito bem já impresso e encadernado na forma prevista na legislação tributária.

Além do mais, observo que, além de não ter sido cumprido os prazos estabelecidos nas intimações, também não foi atendido o prazo extra que foi concedido pela fiscalização até o dia 25/03/2008.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **1104270024/08-0**, lavrado contra **RENDE + DROGARIA E PERFUMARIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$1.380,00**, prevista no artigo 42, XX, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios conforme estabelece a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de março de 2009.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE/RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA - JULGADOR